

A large, light gray, stylized number '9' is positioned on the right side of the page. The '9' is composed of a vertical oval shape at the top and a curved shape at the bottom, resembling a bowl or a hook. The background is white, and the number is set against a light gray background that extends from the bottom right corner.

# DOSSIÊ

SEMIOSES E CONTRATOS DE  
COMUNICAÇÃO



# O jornalismo como gênero discursivo

Marcia Benetti

**Resumo:** Este artigo tem caráter teórico e debate as características do jornalismo como gênero discursivo. Problematiza o jornalismo a partir do referencial da Análise do Discurso francesa, do contrato de comunicação de Charaudeau e de conceitos próprios da teoria do jornalismo. Discute, ainda, as condições propostas por esse contrato e busca as delimitações do gênero jornalístico, relativas a seus sistemas de formação.

**Palavras-chave:** jornalismo; gênero; discurso; análise do discurso; contrato de comunicação

**Abstract:** *Journalism as a discursive genre* — This article, of a theoretical nature, discusses the characteristics of journalism as a discursive genre. Journalism is addressed based on references of the analysis of the French discourse, on the communication contract proposed by Charaudeau, and on concepts of the theory of journalism. The conditions proposed by this contract are examined, and the delimitations of the journalistic genre pertinent to its formation systems are discussed.

**Keywords:** journalism; genre; discourse; discourse analysis; communication contract

## A inscrição teórica

O jornalismo é, entre outras definições possíveis, um discurso. Esse discurso só se constitui na moldura de um gênero particular, o que acarreta problemas conceituais que devem ser enfrentados. O principal desses problemas diz respeito à clareza sobre a inscrição epistemológica do autor<sup>1</sup> quando discute gêneros, e é exatamente por essa questão que inicio. Tenho como objetivo, neste texto, debater o jornalismo como gênero discursivo. Para isso, utilizo conceitos da Análise do Discurso (AD) e recorro ao contrato

---

<sup>1</sup> Sem clareza sobre o referencial do autor, é praticamente impossível fazer esse debate, tantas as possibilidades de abordagem dos gêneros.

de comunicação de Patrick Charaudeau, acrescentando à sistematização proposta por esse autor estudos específicos da teoria do jornalismo.

O trabalho de Charaudeau é de grande importância para a problematização do jornalismo, pois oferece um enquadramento no qual se pode debater a intersubjetividade e considerar os atores do processo. No entanto, o autor não incorpora à sua proposição do contrato de comunicação as já avançadas perspectivas teóricas do jornalismo, sem as quais não se pode estabelecer um ambiente conceitual adequado para debater o poder — sempre derivado dos interesses dos sujeitos envolvidos e dos lugares de enunciação concedidos a esses sujeitos. Do mesmo modo, os principais autores da Análise do Discurso oferecem conceitos relevantes por meio dos quais é possível operar o debate sobre poder e intersubjetividade, pois aqui os sujeitos adquirem forma histórica e estão condicionados pela exterioridade, mas também nesse campo ainda não foi constituída uma reflexão que contemple as particularidades jornalísticas. No campo científico do jornalismo, por fim, o debate tradicionalmente instaurado sobre gêneros ainda não incorporou a fortuna conceitual do campo discursivo. É nesse entremeio teórico, buscando aliar conceitos dos três campos, que proponho o debate sobre o jornalismo como gênero discursivo. Como lembra Maingueneau (2007, p. 141), é habitual conferir ao gênero “um estatuto essencialmente formal, o de um conjunto de propriedades estilísticas, ao passo que o gênero define também as condições de utilização dos textos que pertencem a ele”.

Charaudeau (2004) lembra que, nos campos da Análise do Discurso, da Semiótica e da Análise Textual, há pelo menos quatro pontos de vista de onde se podem compreender os gêneros: funcional, enunciativo, textual e comunicacional.

O ponto de vista funcional traz, entre outras, as classificações de Jakobson (1975),<sup>2</sup> ainda hoje muito utilizada na comunicação, e Halliday (1978).<sup>3</sup> Essa perspectiva de gênero pouco serve a uma visão complexa do jornalismo, pois está fortemente baseada na orientação que o emissor dá à sua fala.

O ponto de vista enunciativo parte da oposição que Benveniste (1995) propôs entre discurso e história, uma oposição que, como recorda Charaudeau (2004, p. 250, grifos do autor), é “frequentemente reformulada em *discurso vs. narrativa*”. Benveniste trata das relações de tempo<sup>4</sup> e propõe dois planos de enunciação, um histórico e outro discursivo. De forma resumida, diz que a enunciação histórica é reservada à língua escrita e “caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. [...] Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa” (BENVENISTE, 1995, p. 262). Já discurso é, para ele, tanto escrito quanto oral. Estabelecem-se os dois planos enunciativos, pois um mesmo texto poderia conter os

<sup>2</sup> Emotiva, conativa, fática, poética, referencial e metalingüística.

<sup>3</sup> Instrumental, interacional, pessoal, heurística, imaginativa, ideacional e interpessoal.

<sup>4</sup> Para dar conta dessa temática complexa, que não é objetivo deste artigo, recomendo o capítulo “As relações de tempo no verbo francês” (BENVENISTE, 1995).

dois tipos de enunciação: “Cada vez que no seio de uma narrativa histórica aparece um discurso, quando o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de um personagem ou intervém, ele próprio, para julgar os acontecimentos referidos, se passa a outro sistema temporal, o do discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 267).

Foi na esteira dessa tradição que se construíram os estudos que buscam as marcas da intertextualidade — os “subtextos” em um texto — e a presença dos enunciadores ou narradores. Embora sejam interessantes para o jornalismo, são insuficientes para a definição de um gênero.

O terceiro ponto de vista, o textual, lida com o detalhamento composicional do texto. Aqui se tem o que é habitualmente chamado de “gêneros textuais”, campo de investigação profícuo para a compreensão das regras de certos tipos de texto. Não permite avançar, porém, na compreensão do que seja o gênero jornalístico, enquanto distinto de outros discursos.

De modo geral, a discussão tem misturado dois pontos de vista no jornalismo: o funcional — quando define, por exemplo, os gêneros informativo e opinativo — e o textual — quando emoldura os gêneros, subgêneros ou formatos de notícia, reportagem, entrevista, crítica e editorial, entre outros textos possíveis.<sup>5</sup> Nem mesmo combinados, entretanto, esses pontos de vista contemplam as relações intersubjetivas e de poder que efetivamente constituem um gênero.

O quarto ponto de vista, o comunicacional, parece mais adequado para tratar dos gêneros do discurso — que são mais do que gêneros “de texto”, pois estão associados a condições específicas de produção, circulação e interpretação. Desse ponto de vista, há diversos modos de abordagem dos gêneros, mas todos se articulam sobre relações históricas e sociais que não ignoram as condições de fala, interpretação e constituição da memória. É nesse campo que se encontram autores como Bakhtin (1992), Maingueneau (2001) e o próprio Charaudeau (2006). Não importa aqui debater as classificações genéricas, mas compreender certo modo de pensar.

Charaudeau diz que o gênero se define na articulação de três níveis de preocupação: as características das formas textuais, a organização do discurso e as coerções situacionais determinadas pelo contrato de comunicação — conceito que veremos adiante. Para ele,

---

<sup>5</sup> Sobre os gêneros jornalísticos, são reconhecidos os estudos de Beltrão (1976, 1980), Casasús e Ladezéve (1991), Gargurevich (1982), Jorge (1997), Laurindo (2003), Melo (2003), Teixeira (2004) e Vargas (1999), entre outros. Também a mídia digital merece destaque, com estudos como os de Machado (2002), Ribas (2006) e Seixas (2004). Esses trabalhos buscam sistematizar o jornalismo a partir da finalidade, dos modos textuais ou do suporte, eventualmente operando uma combinação entre esses pontos de vista. Aqui se encontram: as problematizações do jornalismo como informativo, opinativo, interpretativo e de serviços; as pesquisas sobre formas narrativas e modalidades discursivas; as distinções entre os modos narrativo, descritivo e argumentativo; as classificações arquitetadas pelo cruzamento entre a mídia de suporte, a tecnologia e suas possibilidades de linguagem, configurando os gêneros audiovisual e digital, entre outros. Todos esses estudos são relevantes para o debate sobre gêneros e estabelecem categorias a partir das quais é possível localizar o jornalismo e enquadrar seus distintos elementos. Nenhum desses estudos aborda, entretanto, o jornalismo como gênero particular emoldurado pelos dispositivos do contrato de comunicação, sob o ponto de vista comunicacional de Charaudeau.

porém, “as características dos discursos dependem essencialmente de suas condições de produção situacionais nas quais são definidas as coerções que determinam as características da organização discursiva e formal; os gêneros de discurso são ‘gêneros situacionais’” (2004, p. 251). É a situação de comunicação que subordina os demais níveis, inclusive para que se possa definir um gênero.

Essa forma de ver o discurso está de acordo com o pensamento de dois autores que contribuíram para os fundamentos da Análise do Discurso francesa: Foucault e Bakhtin. Para Foucault (1995), um discurso é essencialmente uma prática, ou seja, não existe “fora do sistema de relações materiais que o estruturam e o constituem” (LECOURT, 1971, p. 51). O discurso definido como uma prática diz respeito a um conjunto de situações internas e externas ao ato discursivo, sempre relacionadas às posições de sujeito — os lugares que o sujeito vem ocupar no discurso. A prática se institui no quadro de certos sistemas de formação, estruturados e hierárquicos — embora mutáveis, pois não são congelados no tempo.

Por sistema de formação, é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal ou qual conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (FOUCAULT, 1995, p. 82)

Bakhtin (1992) distingue duas esferas de linguagem para diferenciar gêneros primários (os da comunicação cotidiana) e secundários (os da comunicação “construída”, elaborada e institucionalizada). “Os gêneros secundários — tais como romances, *gêneros jornalísticos*, ensaios filosóficos — são formações complexas porque são elaborações da comunicação cultural organizada em sistemas específicos como a ciência, a arte, a política” (MACHADO, 2005, p. 155, grifo meu). A fala cotidiana não está ausente dos gêneros secundários, mas é apropriada segundo regras de outro sistema de formação, em outra esfera da linguagem, o que acarreta sua transformação. Os gêneros secundários são vistos a partir de uma inscrição histórica, social e cultural, pois os sujeitos do discurso existem em um determinado tempo e lugar — e é somente aí que podem enunciar e interpretar, no jogo que configura a prática discursiva foucaultiana.

Maingueneau, último autor que invoco para construir meu referencial epistêmico de jornalismo como gênero, lembra que o discurso se modifica ao longo do tempo e reflete as características da própria sociedade que o torna possível. Pode-se analisar uma sociedade pelos discursos que produz, pois o que emerge na materialidade do texto origina-se de sujeitos posicionados em um tempo e um lugar condicionados social e historicamente. Criticando as tipologias que buscam classificar os gêneros por um outro aspecto do discurso, o autor busca uma ancoragem complexa e social.

Para a análise do discurso, o ideal seria poder apoiar-se também sobre tipologias propriamente discursivas, ou seja, tipologias que não separassem, por um lado, as caracterizações ligadas às funções, aos tipos e aos gêneros do discurso e, por outro, as caracterizações enunciativas. Com o progresso das pesquisas sobre o discurso, tais tipologias não deixarão de se desenvolver. (MAINGUENEAU, 2001, p. 63)

É a partir de um ponto de vista comunicacional, com base em Bakhtin, Foucault, Maingueneau e Charaudeau, e incorporando também conceitos de Pêcheux, que passo a debater o gênero jornalístico.

## Os sujeitos e as formações imaginárias

Para a AD, todo discurso é dialógico. Bakhtin (1996) diz que existem duas espécies de dialogismo, ambas constitutivas do discurso, embora configuradas em processos distintos: a primeira se estabelece entre os sujeitos; a segunda, entre discursos ou textos. Essa primeira noção é fundamental para compreender o que o discurso é ou onde ele acontece. O discurso não acontece “no” texto, compreendendo aqui texto como um objeto material escrito, oral ou pura imagem. Ele acontece entre os sujeitos da interlocução. É no espaço *entre* esses sujeitos que o discurso efetivamente se constitui. Como diz Orlandi (1988, p. 9, grifo da autora), “a significação se dá no espaço discursivo (intervalo) criado (constituído) *pelos/nos* dois interlocutores”.

O jornalismo como discurso, portanto, só existe entre sujeitos.<sup>6</sup> Institui-se aqui uma relação paradoxal. A noção de sujeito é fundamental, mas, ao mesmo tempo, a AD retira o sujeito do centro do poder para “integrá-lo no funcionamento dos enunciados, dos textos, cujas condições de possibilidades são sistematicamente articuladas sobre formações ideológicas” (ORLANDI, 1988, p. 10). Isso quer dizer que o sujeito tem um poder de enunciação relativo, pois está submetido a regras que lhe são exteriores e anteriores — e sobre as quais geralmente não tem domínio. Recupera-se aqui a idéia do sujeito descentrado e cindido de Foucault (1995), aquele que se move entre diversas posições de sujeito para enunciar e para interpretar, sempre dentro de um quadro de sistemas de formação. Fortalece-se, assim, a importância não apenas do conhecimento anterior que move cada sujeito, mas também do reconhecimento das regras do gênero discursivo, sem as quais o discurso *não* acontece.

O dizer se dá por meio do sujeito, mas não tem origem nele, propriamente. Pêcheux (1988) traz uma noção cara à AD: a de ilusão discursiva, ao mesmo tempo ilusão de autonomia e ilusão de unidade. Essa ilusão abrange dois tipos de esquecimento.

No primeiro tipo de esquecimento, o sujeito apaga que não é a origem plena de seu discurso. Cria a ilusão de que é senhor absoluto do discurso que produz e detentor original

<sup>6</sup> Nesse sentido, este trabalho está em forte relação com o que propõe Meditsch (2001).

das idéias que veicula. Apaga os processos históricos e as falas assimiladas ao longo do tempo, internalizadas em um processo que lhe garante a ilusão da autenticidade. É apenas pelo princípio de uma alteridade forjada e inconsciente que o sujeito, afinal descentrado, consegue se dizer *eu* e localizar o *outro*.

No segundo tipo de esquecimento, o sujeito apaga a noção de que seu discurso nada mais é do que a escolha de determinadas estratégias de construção de sentidos — e que, em vez daquelas, poderia ter escolhido outras, agora silenciadas. A evidência das possibilidades negligenciadas seria imobilizadora para quem enuncia. O indivíduo, já cindido em diversos sujeitos, não poderia lidar conscientemente, todo o tempo, com todas as possibilidades de discursividade que se lhe apresentam. O esquecimento é parte constitutiva da ação do sujeito: é preciso escolher, definir estratégias, eleger um, denegar outro.

Na produção do discurso, os conceitos de realidade e de verdade relacionam-se de modo particular com esse segundo esquecimento, acionado na interpretação. A idéia de real é a percepção já mediada pelo gesto de interpretação, mas esse gesto só se concretiza em uma situação social, anteriormente objetivada e perpassada por campos de significação aprendidos.

A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada na cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. [...] a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação. (BERGER, LUCKMANN, 2008, p. 38-39)

Não é possível enunciar sem construir, pela linguagem, uma arquitetura complexa que articule a percepção da realidade, a interpretação do que se percebe e se quer enunciar e a escolha de estratégias que permitam propor significados. “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER, LUCKMANN, 2008, p. 35). No jornalismo não é diferente. Como pontua Cornu (1999, p. 352), o jornalista situa-se “[...] desde logo numa cadeia hermenêutica. Tem de reconstruir a realidade para a compreender”. Para ele, a interpretação é uma das três ordens da informação<sup>7</sup> que circunscrevem a discussão sobre a verdade no jornalismo e relaciona-se diretamente ao respeito aos fatos:<sup>8</sup> “Existem [...] fundamentalmente várias reconstruções possíveis da realidade, cuja legitimidade está suspensa ao respeito pela verdade de fato. Para existir, o fato precisa da interpretação, mas a interpretação não pode, por seu lado, dispensar os fatos” (CORNU, 1999, p. 340).

<sup>7</sup> As outras duas ordens são a observação e a narração.

<sup>8</sup> Mais precisamente, o respeito ao que Cornu (1999, p. 340) classifica como “fatos materialmente incontestáveis”.



Além disso, todo discurso é norteado pelo que se imagina sobre o outro. A possibilidade da troca de papéis entre quem enuncia e quem interpreta, e que em AD chama-se reversibilidade, é condição para que haja discurso. Não é necessário que a troca de papéis seja *efetiva ou concretamente* possível, mas é necessário que ela possa ser imaginada. Ou melhor: é necessário que os dois sujeitos envolvidos no processo possam compreender a posição de sujeito do outro, além de sua própria.

Chega-se ao que Pêcheux (1990) define como formações imaginárias, conceito tantas vezes negligenciado e que considero fundamental para alicerçar qualquer definição de gênero. O sujeito que fala tem dois horizontes imaginários ao longo dos quais se desloca na enunciação dirigida a um interlocutor, refletindo sobre si e sobre o outro. Pergunta-se “quem sou eu para lhe falar assim?” e “quem é ele para que eu lhe fale assim?”. Em contrapartida, o próprio interlocutor lida com outros dois horizontes sobre si mesmo e sobre quem lhe fala, perguntando-se “quem sou eu para que ele me fale assim?” e “quem é ele para que me fale assim?” (PÊCHEUX, 1990, p. 83).

Para o jornalismo, existem aqui questões importantes. O jornalista que enuncia tem uma imagem sobre si, seu papel e sua identidade. Essa imagem está alicerçada tanto em ideais como verdade e credibilidade quanto na consciência (às vezes nem tão consciente assim, pois internalizada) sobre as condições de produção do discurso. O jornalista também tem uma imagem sobre seu leitor.

É preciso fazer uma pausa para pontuar a existência de pelo menos três sujeitos em qualquer processo discursivo: o enunciador, o leitor virtual e o leitor real. Pode-se dizer que o enunciador e o leitor real são indivíduos concretos, que — seguindo a concepção de Foucault — posicionam-se dessa ou daquela maneira para falar ou interpretar. Produzem imagens sobre si e sobre o outro, mas existem na concretude do ato discursivo. Já o leitor virtual é apenas imaginado, uma figura fictícia que fica sempre no entremeio do discurso, mas crucial para o processo. Esse leitor virtual existe em qualquer ato comunicativo, mesmo nas interlocuções face a face, mas na comunicação midiática é uma figura duradoura e decisiva. É “para quem” o enunciador imagina estar falando.

## O contrato de comunicação e o gênero jornalístico

Se todo discurso se constrói em um tempo e um lugar históricos — o que Bakhtin (1996) chamou de “horizonte social” da linguagem — e o jornalismo é um discurso, deve-se considerá-lo sempre em uma situação de comunicação. Para que esse discurso aconteça, os interlocutores devem reconhecer as permissões e restrições dos sistemas de formação do jornalismo, sendo capazes de reconhecer os elementos que definem o gênero. “O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que eles estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência” (CHARAUDEAU, 2006, p. 68). É o que

Charaudeau define como contrato de comunicação. Vale lembrar que o que interessa, neste artigo, é o *jornalismo* como gênero discursivo, e não “a informação midiática”, sem dúvida mais ampla.<sup>9</sup>

Charaudeau (2006) faz uma detalhada sistematização sobre os elementos do contrato de comunicação. Diz que esse contrato está modulado por dados externos e internos. Os dados externos, que definem a situação de troca entre os sujeitos (que, em sua concepção, são o sujeito falante e o destinatário), dizem respeito a quatro condições: a) uma condição de identidade, em que importa saber “quem troca com quem”; b) uma condição de finalidade, em que importa saber o objetivo da troca comunicacional; c) uma condição de propósito, em que é preciso considerar do que se trata a comunicação; d) uma condição de dispositivo, que considera o ambiente em que a troca se dá, ou seja, as condições de produção do discurso, as técnicas e suportes utilizados. Resumidamente, os dados externos do contrato levam em conta “quem diz e para quem”, “para quem se diz”, “o que se diz” e “em que condições se diz”.

Os dados internos referem-se a “como se diz” e se instituem em três espaços: a) um espaço de locução, em que o sujeito que enuncia se impõe como falante a partir de legitimidade e autoridade; b) um espaço de relação, em que o sujeito falante, ao estabelecer sua própria identidade e a identidade do destinatário, constrói relações (de inclusão e exclusão, de agressão e convivência etc.); c) um espaço de tematização, no qual são tratados os domínios do saber, por meio de um modo de organização discursivo particular, e aqui caberiam os modos descritivo, narrativo e argumentativo, por exemplo.

Para a AD, a distinção entre dados “externos” e “internos” faz pouco sentido, pois o discurso é compreendido como espaço de criação entre sujeitos, que estão, por sua vez, sempre determinados pela exterioridade. O “como se diz” está tanto subordinado às condições de produção e aos suportes (“em que condições se diz”) quanto à finalidade da comunicação (“para quem se diz”). O sujeito que enuncia e o sujeito que interpreta estão duplamente condicionados: pela posição de sujeito que ocupam na situação de comunicação e por suas próprias subjetividades, lembrando que estas não são apenas invenção de um espírito puro, e sim decorrem de estados emocionais, psíquicos e de conhecimento aprendidos socialmente. Assim, vou desconsiderar, ao menos provisoriamente, a distinção entre dados internos e externos.

No entanto, ainda que essa sistematização não seja totalmente adequada ao referencial da AD, o conceito de contrato de comunicação permanece válido, e seus elementos são pertinentes para analisar o jornalismo como gênero discursivo, por isso o esforço teórico de referi-lo a conceitos da Análise do Discurso. É no reconhecimento das regras de um discurso que se constitui um gênero, configurando os sistemas de formação foucaultianos.

---

<sup>9</sup> Um dos equívocos cometidos por leigos, analistas e até mesmo pesquisadores é utilizar discurso midiático e discurso jornalístico como sinônimos. Por natureza, o jornalismo se insere em um escopo mais amplo, que é midiático, mas seus limites como gênero devem ser compreendidos e ponderados.

Charaudeau nos coloca cinco elementos essenciais para pensar as regras do discurso jornalístico: “quem diz e para quem”, “para quem se diz”, “o que se diz”, “em que condições se diz” e “como se diz”. Todos esses elementos se misturam em um conjunto que só é possível dividir sob o aspecto metódico, mas jamais processual. Para pensar o gênero jornalístico, é preciso considerar a *totalidade desses elementos*.

A condição de *finalidade* (“para quem se diz”) norteia as demais. O jornalismo pode ser definido como um campo (BERGER, 1998; FERREIRA, 2002), relacionado a outros campos. Também pode ser compreendido como uma forma social de conhecimento (GENRO FILHO, 1987), cujo primeiro objetivo é oferecer o presente social (GOMIS, 1991; FRANCISCATO, 2005; KARAM, 2005), reconstruindo cotidianamente os eventos que dizem respeito ao homem, suas atividades, criações, interesses e equívocos. Segundo Karam (2004, p. 37, grifos do autor),

[...] há o reconhecimento [...] de que a atividade jornalística e o profissional de jornalismo permitem à humanidade, *potencialmente*, ou seja, *como possibilidade*, o conhecimento público, enorme, imediato, periódico — em períodos cada vez mais curtos — e planetário das coisas que ela mesma produz, segundo critérios como *interesse público* ou *relevância social*.

O lugar de enunciação ocupado pelo jornalismo deve ser analisado do ponto de vista institucional, mais do que como o lugar reservado a uma ação individual *do jornalista*.

Como instituição social, o jornalismo cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. A instituição jornalística *conquistou historicamente uma legitimidade social* para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas. (FRANCISCATO, 2005, p. 167, grifo meu)

Os jornalistas, estes sujeitos do discurso, estão inseridos em uma estrutura social que os determina.

Um mundo institucional [...] é experimentado como realidade objetiva. Tem uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível à sua lembrança biográfica. Já existia antes de ter nascido e continuará a existir depois de morrer. Esta própria história, tal como a tradição das instituições existentes, tem caráter de objetividade. A biografia do indivíduo é aprendida como um episódio localizado na história objetiva da sociedade. (BERGER, LUCKMANN, 2008, p. 86)

É desse ponto de vista institucional que se situa o valor de credibilidade do jornalismo. A credibilidade deriva da compreensão (social) de que o jornalismo é uma prática autorizada a narrar a realidade. Essa autoridade emerge de um percurso histórico desse

modo de conhecimento, inscrito na trajetória da sociedade moderna, fundado em sua missão pública e em princípios relativamente consensuais na comunidade dos jornalistas — fundado no que Berger e Luckmann (2008) chamam de *sedimentações coletivas objetivadas* e *acumulação de conhecimento*.

Na direção do interesse público e da relevância social, o jornalismo deveria cumprir outras funções secundárias nas sociedades democráticas, como vigiar o exercício do poder e contribuir para a construção da cidadania. No entanto, o cinismo (KARAM, 2004) que cerca os interesses institucionais de quem detém o “poder de dizer” geralmente impede, ou pelo menos inibe, o cumprimento dessas finalidades. Ao contrário, o jornalismo é muitas vezes utilizado para forjar um consenso social a respeito de temas e modos de ver o mundo, construindo uma visão hegemônica que pouco pode ter a ver com os interesses do cidadão ou com a complexidade social (HALL et al., 1993).

A condição de *propósito* (“o que se diz” ou “do que se trata”) diz respeito às escolhas temáticas, aos valores-notícia identificados nos acontecimentos e aos critérios de noticiabilidade acionados pelos jornalistas para realizar essas escolhas (GOMIS, 2002; GUERRA, 2004; MARTINI, 2000; WOLF, 1995). A julgar por sua finalidade, o jornalismo está guiado pelo princípio soberano da atualidade, além de valores como interesse (público ou segmentado), notoriedade dos sujeitos e ineditismo. Nesse quadro, a compreensão do que seja acontecimento (MOLOTOCH; LESTER, 1993; RODRIGUES, 1993), para o jornalismo, na diferenciação de qualquer evento da vida cotidiana, é fundamental para a instituição do gênero.

A condição de *identidade* (“quem diz e para quem”) está, a meu ver, fundada sobre as formações imaginárias de que fala Pêcheux. A partir da finalidade e do propósito do jornalismo, constroem-se as identidades do jornalista e do leitor, bem como dos demais sujeitos envolvidos na situação de comunicação. Não é possível compreender o jornalismo, como gênero, fora dessa relação intersubjetiva.

Retomando as formações imaginárias, é a pergunta “quem é ele para que eu lhe fale assim?”, basicamente sobre as características do leitor, que guia grande parte das escolhas do jornalista. A resposta a essa pergunta pode advir tanto de registros de pesquisas gerais sobre os hábitos do leitor quanto de informações esparsas que o jornalista colhe em seu cotidiano. Pode advir também de uma imagem estereotipada e tomada como consensual, ainda que nem de longe o seja, sobre o leitor: “[...] na maioria das vezes, o informador não tem conhecimento nem do teor do saber de seu destinatário, nem do que o afeta emocionalmente, nem dos motivos e interesses que o animam” (CHARAUDEAU, 2006, p. 62). Basicamente, o jornalista imagina um leitor capaz de reconhecer as regras do gênero, compreender seu texto e considerar válido o que é narrado.

Registre-se que há outros sujeitos, além do leitor virtual, que o jornalista imagina para seu texto: há também a voz institucional que o emprega, seu editor, seus colegas de

profissão e suas fontes, entre outros interlocutores possíveis. Todos esses sujeitos constituem leitores virtuais que entram em jogo no momento de produção do discurso.

De outro lado, o leitor real, ao entrar em contato com o texto, confronta-se com uma imagem de si mesmo, projetada por quem enunciou. Pergunta-se “quem sou eu para que me fale assim?”, ou melhor: “quem ele imagina que sou eu para que me fale assim?”. Nem sempre a imagem projetada pelo outro é condizente com a que ele tem de si, e nesse caso os leitores real e virtual não entram em consonância. Esse estranhamento, que não é incomum no processo de leitura e interpretação do texto jornalístico, não é suficiente para borrar as fronteiras do gênero jornalístico nem para romper o contrato de comunicação, que não está baseado apenas sobre a identidade dos sujeitos, mas certamente perturba o processo comunicacional. Esse leitor também se pergunta “quem é ele (jornalista) para que me fale assim?”, e então aciona seus conhecimentos sobre o que deva ser jornalismo e sobre o que supõe ser a competência de um jornalista. Na verdade, a resposta a essa pergunta está relacionada às condições de finalidade e de propósito já ditas, que necessariamente devem ser compreendidas pelo leitor para que ele possa conferir ao jornalista a legitimidade e a autoridade para enunciar.

Note-se que raramente o leitor coloca, nesse jogo do contrato, questões específicas sobre o modo como aquele texto foi produzido, mesmo porque a não-transparência sobre as rotinas produtivas tem sido uma das ferramentas do jornalista para assegurar legitimidade. Configura-se aqui o poder de “não dizer” (ou, dito de outro modo, o silenciamento sobre as condições de produção) que o jornalismo utiliza para exibir apenas o que lhe convém.

A produção do discurso jornalístico se dá em um ambiente com configurações bastante específicas. Chega-se ao que Charaudeau chama de condição de *dispositivo*, ou seja, sob que condições um discurso se constitui. Sabe-se que o jornalista está submetido a uma série de constrangimentos políticos, econômicos, estruturais, hierárquicos e temporais em sua rotina de trabalho (BREED, 1993; SOLOSKI, 1993; SCHLESINGER, 1993; SERRA, 2004), que afetam suas escolhas. Além disso, questões técnicas e relativas ao suporte de produção do discurso (MAINGUENEAU, 2001), bem como o acesso às fontes (SANTOS, 1997, 2004), também se mostram decisivas para a constituição do gênero. O que pouco se conhece, nos estudos de jornalismo, são as condições de constituição do discurso no ambiente da interpretação, pelo leitor real. Como o discurso só se dá na relação entre sujeitos, o que temos, até agora, é a compreensão sobre a relação entre o jornalista e o leitor virtual, mas poucos dados para entender o posicionamento do leitor real nesse contrato de comunicação.

O “como se diz”, último elemento do contrato e que denomino condição *textual*, refere-se a uma série de estratégias discursivas, preocupadas fundamentalmente com a garantia do efeito de verdade e, por consequência, da credibilidade de quem enuncia.

Sendo o jornalista responsável pela verdade, a objetividade, como intenção na ordem dos fatos, não pode ser simplesmente expulsa a favor de uma honestidade definida muito vagamente. Se tivéssemos de exprimir a sua exigência por meio de um só critério prático, esse critério seria o do *rigor no método*. O rigor é ir ao fundo das investigações materialmente realizáveis, no tempo dado para essas pesquisas. É a recolha de todos os fatos confirmados disponíveis. É tudo que se opõe à falsificação, à deformação, à mentira. O rigor é um caminho banalizado, no qual a jurisprudência dos tribunais reconhece a necessária *diligência* jornalística. Perante o objeto fugaz que é o acontecimento, apanhado ‘no som e na fúria’ da história, o jornalista não está dispensado de recorrer aos instrumentos elementares de sua deontologia, a fim de garantir uma correta *descrição dos fatos*: publicar unicamente informações cuja origem conhece, ou senão acompanhá-las das reservas necessárias; não suprimir informações essenciais; não alterar nem textos, nem documentos; retificar uma informação publicada que se revele inexata. (CORNU, 1999, p. 391, grifos do autor)

Entram aqui os métodos rigorosos de apuração, muitas vezes amparados na ciência (FRANCISCATO, 2006), o cruzamento de fontes, a pluralidade de versões, a especialização de quem fala e o recurso da objetividade, que pode ser compreendida como um ritual estratégico (TUCHMAN, 1993) utilizado pelo jornalista. Essas estratégias constituem o que Ericson, Baranek e Chan (1987 apud TRAQUINA, 2002) chamam de “saber de narração”, a capacidade de narrar segundo um padrão de continuidade que seja operacional para o jornalista e também reconhecido pelo leitor como parte constituinte do gênero.

## Considerações finais

Todos os elementos trazidos ao debate sobre o contrato de comunicação, embora resumidos em função dos limites deste artigo, e aos quais busquei interpor conceitos da Análise do Discurso que creio importantes para as delimitações do gênero discursivo, apontam para um eixo construído sobre as noções de verdade e credibilidade. Não é senão por causa desses conceitos que o jornalismo se constitui como um campo de saber com as características expostas, que podem distingui-lo, no imenso universo da comunicação midiática, de tantos outros discursos.

Charaudeau distingue valor de verdade e efeito de verdade. O valor de verdade (“ser verdadeiro”) se baseia na evidência e “se realiza através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem (mesmo que seja ele quem a tenha construído)” (CHARAUDEAU, 2004, p. 49), remetendo a um saber erudito fundador. Não é o caso do jornalismo. Já o efeito de verdade (“acreditar ser verdadeiro”) se estrutura sobre uma *crença* construída e se baseia na *convicção*. É preciso convencer o interlocutor de que a narrativa corresponde à “verdade”, ainda que esta seja de fato uma construção intersubjetiva. “O que está em causa aqui não é tanto a

busca de uma verdade em si, mas a busca de ‘credibilidade’, isto é, aquilo que determina o ‘direito à palavra’ dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida” (CHARAUDEAU, 2004, p. 49).

A verdade, então, está no efeito que produz. Charaudeau lembra que existem três procedimentos básicos de fornecimento de provas de que algo que se narra é verdadeiro. O primeiro é a designação, que confere autenticidade ao que é mostrado, como se a verdade pudesse ser localizada no fenômeno. No jornalismo, podemos pensar no uso da fotografia e das coberturas ao vivo, bem como a exibição de documentos confiáveis. Continua sendo um efeito de verdade, porque o que é mostrado jamais deixará de ser apenas um enquadramento possível do acontecimento. Aqui vale retomar o segundo esquecimento identificado por Pêcheux, quando o enunciador escolhe um dito, recusando um não-dito, e apaga as demais possibilidades de dizer. O segundo procedimento é a reconstituição do fato, por meio da qual se busca atingir a verossimilhança. Por fim, temos a elucidação, que configura a explicação ou a possibilidade de determinar a razão dos fatos.

Esses procedimentos de construção dos efeitos de verdade só podem ser usados, na moldura do jornalismo como gênero, *de forma subordinada às condições do contrato de comunicação*, destacando-se uma consciência ética, que incide sobre todas as condições. Assim, a verdade e a credibilidade tanto estruturam o gênero jornalístico quanto são instituídas por ele, em uma relação orgânica. Os procedimentos que asseguram os efeitos de verdade são legítimos para o jornalismo porque estão baseados em estratégias que buscam a confiabilidade, sob pena de ruptura do contrato de comunicação. Nenhum discurso está livre da verdade como efeito, e o jornalismo não seria diferente: a verdade como construção, como crença e como convicção.

Cornu define o jornalista como um intérprete da atualidade e como um *observador do notável*, descrevendo com beleza a dificuldade de lidar com a realidade objetivada.

Observador do notável, o jornalista assume-se como intérprete da atualidade, entendida como o momento presente da realidade. Não tem acesso direto ao cerne dessa realidade presente. Não pode apreendê-la na sua verdade profunda, que lhe escapa. Deve tentar decifrá-la através dos fragmentos de que não pode ter conhecimento: acontecimentos vividos ou relatados, atas, discursos. A complexidade, as contradições, as incoerências, as lacunas da atualidade — esta apresenta-se como um tecido esburacado — são evidentes. Decifrar a atualidade é enfrentar um texto vago, opaco, plural, que se furta a toda expressão unívoca. (CORNU, 1999, p. 332-333)

Decifrar a realidade fragmentada e reconstruí-la sob a ordem da narração exige do jornalista o domínio de técnicas de estratégias discursivas particulares, inscritas nos elementos do contrato de comunicação de um gênero discursivo totalmente singular — distinto de qualquer outro gênero do discurso e mediado, desde sempre, por sua missão pública.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail (1992). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec.
- BELTRÃO, Luiz (1976). *Jornalismo interpretativo*. Porto Alegre: Sulina.
- \_\_\_\_\_. (1980). *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina.
- BENVENISTE, Émile (1995). *Problemas de lingüística geral*. 4. ed. Campinas: Pontes.
- BERGER, Christa (1998). *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: UFRGS.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2008). *A construção social da realidade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes.
- BREED, Warren (1993). Controlo social na redacção: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.
- CASASÚS, Josep Maria; LADEVÉZE, Luis Nuñez (1991). *Estilo y géneros periodísticos*. Barcelona: Ariel.
- CHARAUDEAU, Patrick (2004). Gênero de discurso. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (Org.). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_. (2006). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- CORNU, Daniel (1999). *Jornalismo e verdade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- ERICSON, R.; BARANEK, P.; CHAN, J. (1987). *Visualizing deviance: a study of news organization*. Toronto: University of Toronto Press.
- FERREIRA, Giovandro Marcus (2002). Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico. *Pauta Geral*, Salvador, ano 9, n. 4, p. 243-258.
- FOUCAULT, Michel (1995). *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo (2005). *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira.
- \_\_\_\_\_. (2006). Jornalismo, ciência e senso comum: contribuições do método científico para a reportagem jornalística. *Pauta Geral*, Florianópolis, n. 8, p. 79-95.
- GARGUREVICH, Juan (1982). *Géneros periodísticos*. Quito: Ciespal.
- GENRO FILHO, Adelmo (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê.
- GOMIS, Lorenzo (1991). *Teoría del periodismo: como se forma el presente*. Barcelona: Paidós, 1991.
- \_\_\_\_\_. (2002). Do importante ao interessante: ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. *Pauta Geral*, Salvador, ano 9, n. 4.
- GUERRA, Josenildo (2004). Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), 2004, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA. CD-Rom



HALL, Stuart et al. (1993). A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

HALLIDAY, M. A. K. (1978). As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. São Paulo: Global.

JAKOBSON, Roman (1975). *Lingüística e comunicação*. 8. ed. São Paulo: Cultrix.

JORGE, Lilia (1997). Géneros y estilos periodísticos. In: ENTEL, Alicia (Org.). *Periodistas: entre el protagonismo y el riesgo*. Buenos Aires: Paidós.

KARAM, Francisco José (2004). *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus.

\_\_\_\_ (2005). O presente possível do jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 2, n. 2.

LAURINDO, Roseméri (2003). Os estudos sobre gêneros jornalísticos em Portugal. *Pauta Geral*, Salvador, ano 10, n. 5.

LECOURT, Dominique (1971). A arqueologia e o saber. In: ROUANET, Sergio Paulo (Org.). *O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MACHADO, Irene (2002). Géneros no contexto digital. In: LEÃO, Lúcia (Org.). *Labirintos do pensamento contemporâneo*. São Paulo: Iluminuras.

\_\_\_\_ (2005). Géneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto.

MAINGUENEAU, Dominique (2001). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_ (2007). *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar.

MARTINI, Stella (2000). *Periodismo, noticia y noticiabilidad*. Buenos Aires: Norma.

MEDITSCH, Eduardo (2001). Géneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. In: X Encontro da Compós, 2001, Brasília. *Anais...* Brasília: UnB. CD-Rom.

MELO, José Marques de (2003). *Jornalismo opinativo*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn (1993). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

ORLANDI, Eni (1998). A incompletude do sujeito: e quando o outro somos nós? In: ORLANDI, Eni (Org.). *Sujeito e texto*. São Paulo: EDUC.

PÊCHEUX, Michel (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp.

\_\_\_\_ (1990). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp.

RIBAS, Beatriz (2006). O contexto digital e os gêneros jornalísticos: considerações sobre a retórica da narrativa na web. In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), 2006, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS. CD-Rom.

RODRIGUES, Adriano Duarte (1993). O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

SANTOS, Rogério (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Minerva.

\_\_\_\_\_. (2004). *Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo*. Coimbra: Minerva.

SCHLESINGER, Philip (1993). Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

SEIXAS, Lia (2004). Gêneros jornalísticos digitais: um estudo das práticas discursivas no ambiente digital. In: XIII Encontro da Compós, 2004, São Bernardo do Campo. *Anais...* São Bernardo do Campo: UESP. CD-Rom.

SERRA, Sônia (2004). Relendo o gatekeeper: notas sobre condicionantes no jornalismo. In: XII Encontro da Compós, 2004, São Bernardo do Campo. Disponível em: <[www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2004/soniaserra2004.doc](http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2004/soniaserra2004.doc)>.

SOLOSKI, John (1993). O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

TEIXEIRA, Tattiana (2004). A crônica e os gêneros opinativos: um estudo comparativo. *Comunicação e Espaço Público*, Brasília, ano 7, n. 1 e 2.

TRAQUINA, Nelson (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

TUCHMAN, Gaye (1993). A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

VARGAS, Natividad Abril (1999). *Periodismo de opinión: claves de la retórica periodística*. Madri: Síntesis.

WOLF, Mauro (1995). *Teorias da comunicação*. 4. ed. Lisboa: Presença.

MARCIA BENETTI é jornalista, doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS).

marciama@uol.com.br

*Artigo recebido em 30 de abril de 2008  
e aprovado em 29 de maio de 2008.*